

A Biblioteca Nacional do futuro: algumas reflexões impertinentes¹

Jean-Rémi Braut²

Partindo da proposta da UNESCO, geralmente aceita, do que deveria ser uma biblioteca nacional, o autor reflete sobre o que ela poderá vir a ser nos próximos séculos. Passa em revista as funções da biblioteca nacional e tenta entrever em que medida e em que sentido essas funções evoluirão. Profundamente convencido do papel essencial da biblioteca nacional na vida cultural do Estado, o autor deseja que essas instituições nacionais se orientem para uma melhor utilização da tecnologia disponível.

O que será a biblioteca nacional no futuro? Aquela do próximo milênio? Eis uma questão que deveria, sem dúvida, ser colocada para os especialistas em futurologia ou para as pessoas que, reconhecidamente, possuam certas competências para antever o que está para acontecer. Entretanto, ao lado de especulações mais ou menos fantásticas, existe lugar para sérias reflexões e elaboração de hipóteses verossímeis.

Examinemos, primeiramente, a hipótese da viabilidade da biblioteca nacional. A atitude do ser humano face ao patrimônio documental revelará o nível de sua evolução cultural. Não seria razoável que ele recusasse esse patrimônio, adotando uma visão negativa a respeito, negligenciando-o ou mesmo desfazendo-se dele. Porque não o considerada como uma etapa para uma evolução sempre ativa, como um testemunho do passado que ele próprio construirá? Pode-se até mesmo prever que ele agirá de acordo com o que sugerirá a sociedade onde se insere. Fernand Dumont escreve que, em "*O Capital, Marx relembrou este truísmo: o homem, diferentemente das abelhas, projeta diante de si sua edificação social*". E explica: "*tomemos a palavra em seu duplo sentido: todo homem retira da sociedade uma projeção em um projeto*" (1).

Este projeto de sociedade repousará, certamente, nas mudanças inerentes à evolução tecnológica, ao mesmo tempo que provocará outras. Nesse turbilhão, as bibliotecas em geral, e as bibliotecas nacionais em particular, sofrem mutações e apresentam uma evolução. Mutações que, por suas características de mudanças bruscas, suscitarão as necessárias ações evolutivas (2). O próprio fato de que elas mudam e evoluem significa que elas existem. Clave I conclui: "*o panorama do início do*

¹ Tradução do artigo:

BRAUT, Jean-Rémi. La bibliothèque nationale de l'avenir: quelques réflexions impertinentes. *Documentation et bibliothèques*, v.39, n.2, p.101-104, 1993.

² Traduzido pela profa. Marysia M. FiGza. Publicada com autorização dos editores de *Documentation et Bibliothèques*.

Jean-Rémi Braut ocupou o cargo de conservador-chefe da Biblioteca Nacional de Québec, de 1974 a 1985.



+
+
+
+ século 21 apresentará, concomitantemente, bibliotecas ao velho estilo, instituições que já passaram pela primeira mutação (a da automação) e um pequeno grupo que terá cumprido a segunda (a do disco óptico)" (3).

+
+ Portanto, parece-nos razoável prever que as sociedades do próximo milênio desejarão conservar estas instituições, as quais continuarão, talvez, a chamar de *bibliotecas nacionais*. Seria, igualmente razoável, desejar-se que, de um modo geral, "a biblioteca nacional de um país continue a ser a instituição encarregada de reunir e conservar, para as gerações futuras, todos os escritos produzidos naquele país" (4). Sobretudo, é desejável que a prática desta função seja diferenciada e adaptada ao contexto temporal e tecnológico. O diretor geral da Biblioteca Nacional do Canadá escreveu recentemente: "as bibliotecas nacionais testemunham a história, as características e as prioridades das sociedades onde nascem e se desenvolvem" (5).

+
+ Em primeiro lugar, é importante precisar, ou mesmo circunscrever, a noção de escrito a que Sir F. C. Francis se referia. Ora, os escritos que se constituirão no objeto de cuidados das bibliotecas nacionais e que, na verdade, já se incluem nos objetivos de grande número destas bibliotecas, serão documentos que englobem:

62 "todas as informações verbais, visuais, orais e numéricas, sob a forma de mapas, páginas impressas, partituras, arquivos sonoros, filmes, vídeo-cassetes, bancos de dados informatizados, em resumo, tudo aquilo que vai desde a epigrafia, até as técnicas mais avançadas da discografia" (6).

O que serão as bibliotecas nacionais do próximo milênio? Assim como todas as bibliotecas e, talvez ainda mais, elas serão as *multimidiotecas* ou, pelo menos, as *midiatecas*. Um pouco de audácia permitiria crer que, em certos países, elas abandonarão o nome de bibliotecas, para adotar o de *midiateca nacional* (7).

Aliás, há muito tempo que as grandes bibliotecas nacionais cuidam de recolher as diversas espécies de documentos que testemunham a vida cultural de cada país e de cada época. A biblioteca nacional de Paris, por exemplo, adquire, além de documentos manuscritos e impressos, estampas, desenhos, cartazes, postais, fotografias, moedas e medalhas, discos e outros documentos sonoros e, até mesmo, maquetes de decoração cênica e trajes (8). O aparecimento de novos tipos de *documentos* exigirá, das bibliotecas nacionais, a mesma acolhida que elas dispensaram aos documentos ditos tradicionais.

A presença desses diversos tipos de documentos levanta o problema de sua conservação. E o aparecimento de novas espécies como, por exemplo, os documentos em suporte informático, não simplifica a tarefa. Porque, sabe-se quão paradoxal é a função assumida pelas bibliotecas nacionais: conservar, durante um período indefinido, documentos concebidos para uma duração limitada. E, ao mesmo tempo, colocar à disposição dos leitores, documentos cuja conservação exige mil precauções e um metucioso cuidado. Pode-se dizer, com razão, que são deveres gêmeos contraditórios que, entretanto, devem ser conciliados (9).

Até o presente, cuidou-se muito da conservação dos documentos impressos. Numerosas pesquisas, vários estudos cada vez mais elaborados, relatórios provocantes, expuseram publicamente o estado lamentável de milhares, provavelmente milhões de documentos impressos. Esses gritos de alerta suscitaram ações salvadoras. Medidas concretas foram tomadas, visando salvar o que poderia

ser recuperado. A tomada de consciência generalizada deste grave problema refletiu-se no cuidado, não menos generalizado, com a preservação do patrimônio cultural registrado em outros suportes.

E assim, sem negligenciar a recuperação e a conservação dos documentos impressos, a atenção das bibliotecas nacionais: "*deve agora voltar-se para outros suportes: microfiches, microfichas, filmes, fitas magnéticas, discos ópticos. Cada um desses suportes sofre deterioração particular e exigem diferentes métodos de conservação*"(10).

Para este fim, será importante que as bibliotecas nacionais façam um apelo a *todos* os especialistas disponíveis, sobretudo os das empresas privadas, para que elaborem, quando necessário, projetos conjuntos para sustar este flagelo e para recuperar o que ainda puder ser recuperado.

Ao mesmo tempo, deve-se prosseguir - e em muitos casos, dedicar-se - a uma reflexão eficaz sobre os limites da conservação. É necessário que se conservem *todos* os documentos ditos efêmeros, *todos* os documentos publicitários, todos os fascículos de *todos* os periódicos, jornais, revistas etc. ? Quais são os limites do dever da conservação? Quais serão os critérios que decidirão sobre a conservação de certos documentos e o abandono de outros? Como distinguí-los?

O ponto de partida desta reflexão pode perfeitamente basear-se nas noções de *conteúdo e de suporte, de suporte original e de suporte de reposição ou de conservação*. E, mais fundamentalmente, desta reflexão, podem surgir as razões exatas que justifiquem a conservação. Conservar-se-ia a exaustividade do patrimônio documentário, em seu suporte original, porque a lei constitutiva da biblioteca nacional assim o decretou, em uma época em que os suportes de reposição eram coisas do futuro? Ou conservaríamos esses documentos pelo fato de que o seu conteúdo será testemunha de uma civilização e de seu estágio de desenvolvimento?

Sabe-se, certamente, que a conservação do patrimônio documentário é um assunto sempre em discussão, sobretudo pelos órgãos financiadores e, de maneira particular, nos períodos de recessão. É justo que sejam alocados recursos substanciais na preservação de documentos, quando não se pode assegurar a educação do povo, nem fornecer os serviços de saúde essenciais aos cidadãos, quando, em resumo, não se consegue garantir as condições básicas de vida? Este raciocínio, este questionamento, reflete uma realidade para a qual deve-se procurar soluções, embora estas se apresentem com uma visão bastante primária, bastante *política* aos olhos dos profissionais do livro.

Entretanto, apesar dos sofismas mais refinados e de todas as nuances que este preceito possa apresentar, recordemos, com vigor, que é necessário gravar no frontispício de todas as bibliotecas nacionais o dever imperativo da conservação do patrimônio documentário nacional. A reflexão sobre as razões que impõem esta obrigação deve levar em consideração o fato de que os pesquisadores dos próximos séculos desejarão, principalmente, ter acesso ao conteúdo, mais do que a seu suporte físico. Da mesma forma, a reflexão levará estes mesmos pesquisadores a se perguntarem se justifica consagrar milhares de metros cúbicos para a difícil conservação de jornais, em seu suporte original, quando eles podem ser compactados, conservados em microfiches ou microfichas, ou ainda, em discos



+
+
+
+ compactos.

+ A utilização eventual desses documentos e seu testemunho do pensamento,
+ em uma determinada época e em determinado lugar, justificam sua conservação e
+ as despesas que esta complexa operação requer? É evidente que a conservação
+ indefinida de jornais e de numerosas revistas é praticamente impossível e que a
+ única solução reside na utilização inteligente da tecnologia disponível.

+ Todos esses esforços, visando a reunião de uma coleção nacional exaustiva
+ e sua conservação, só se justificam em um contexto de divulgação. Sob este
+ aspecto, a elaboração e a divulgação de uma bibliografia nacional constituem um
+ meio de difusão privilegiado para as bibliotecas nacionais "*porque a bibliografia*
+ *refletiria a evolução das tendências culturais literárias, os progressos do*
+ *desenvolvimento científico e econômico, a atenção pública voltada a um*
+ *determinado evento social*" (11). As bibliotecas nacionais do futuro não poderão se
+ subtrair a esta tarefa essencial. Tarefa complexa, muito dispendiosa, mas que
+ somente elas, dentro de um país, têm o poder e o dever de realizar, pois somente
+ elas assegurariam a exaustividade de uma coleção nacional.

+ É provável, entretanto, que neste setor, como em outros, as bibliotecas
64 nacionais devam modificar seus procedimentos, pois a apresentação da bibliografia
nacional impressa poderá desaparecer. A maioria das bibliografias nacionais já estão
disponíveis em bancos de dados automatizados e os organismos que querem ter
acesso a eles, podem fazê-lo facilmente, usando a tecnologia já disponível. Os
recursos relativamente altos para impressão dessa bibliografia poderiam ser
utilizados para outros fins, como por exemplo, a aquisição de equipamentos
tecnológicos apropriados.

O que deverá ser modificada, ou pelo menos consideravelmente melhorada,
é a cooperação internacional que estimularia todas as bibliotecas nacionais ao
"*compartilhamento de recursos*", isto é, o compartilhamento, em base de
reciprocidade, do conjunto dos registros bibliográficos das publicações de cada país
(12). A tecnologia atual e, certamente em maior grau, a do futuro só podem favorecer
essa utilização recíproca dos trabalhos realizados. Em suma, a adoção do Controle
Bibliográfico Universal (CBU) permitirá às bibliotecas nacionais cumprir plenamente
sua função, fornecendo "*extensiva e rapidamente, sob a forma internacionalmente*
aceita, os dados bibliográficos essenciais relativos às publicações monográficas
editadas em todos os países" (13).

Portanto, o papel difusor nacional que deve ser exercido pela biblioteca
nacional, só será plenamente realizado através de participação e de cooperação
internacionais. O programa de Acessibilidade Universal de Publicações (UAP),
patrocinado pela Unesco, seria um complemento ideal para o desempenho deste
papel.

Tudo isto se resume na enorme obrigação das bibliotecas nacionais: aquisição
exaustiva da coleção documentária do país, conservação, inventário da bibliografia
nacional para difundí-la, tanto no seu território como no conjunto de países que
participam do programa proposto pelas instituições internacionais. As bibliotecas
nacionais do futuro sobreviverão na medida em que se revelem indispensáveis para
seu próprio país e para a rede internacional, cumprindo a função que lhes foi confiada
por seu governo, função essa calcada no modelo proposto pela Unesco.

Seu papel nacional consiste igualmente em funcionar como coordenadora no processo de "*planificação sistemática dos serviços bibliotecários do país*" (14). Só se poderia definir o papel essencial a ser desempenhado pelas bibliotecas nacionais no desenvolvimento coerente de uma rede de bibliotecas no país se, graças a uma opção política bem definida, lhes fossem dados os meios para tal. A partir do momento em que o Estado reconhece "*a informação como fator primordial do desenvolvimento nacional e a obrigação de assegurar a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou de seu meio geográfico, o pleno exercício do direito à informação*" (15), o próprio Estado adotará medidas concretas para atingir esses objetivos. A biblioteca nacional pode tornar-se a catalizadora das forças vivas, apta para assegurar o desenvolvimento de uma rede coerente ou, pelo menos, a participar ativamente do processo.

Como será a biblioteca nacional do futuro? Será uma instituição nacional que deve continuar a se revelar um elemento essencial ao desenvolvimento cultural do Estado. Aberto às tecnologias mais audaciosas, participando mesmo de seu progresso, receptiva a todos os documentos portadores de uma mensagem, em qualquer suporte, ela se situará numa atmosfera dinâmica, recusando qualquer estatismo esterelizante. Só sobreviverão as bibliotecas nacionais que se recusarem a se mumificar ou, pelo menos, aquelas que romperem rapidamente suas amarras.

National library of the future: some impertinent reflections

From the largely accepted Unesco proposal, concerning what would be a national library, the author reflects about what it will be in the next centuries. Analyses the national library functions and try to anticipate in what measure and in what sense this functions will develop. Deeply convinced about the essential role of national library in the cultural life of the country, the author wishes that these national institutions turn on to the best use of the available technologies.

Referências bibliográficas

- BOSA, Réal. La planification nationale des services d'information documentaire. In: VERS une planification des services québécois d'informations documentaire. Montréal: ASTED. 1977. p.56-57 (textes déposés lis de la table ronde, mai 1978, présentés par Jean Marie Brault).
- CLAVEL, Jean Pierre. La mutation. In: VANWI JNGAERDEN, Frans et al. **Liber amicorum Herman Liebaers**. Bruxelles, 1984. p.16.
- DUMONT, Fernad. **Les idéologies**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974. p. 173.
- FRANCIS, F. C. Organization des bibliothèques nationales. In: COLLOQUE DES BIBLIOTHEQUES NATIONALES DE EUROPE, 1958, Vienne. **Tâches et problèmes des bibliothèques nationales**. Paris: Unesco, 1960. p. 13.
- HUMPHREYS, K. W. Les fonctions d'une bibliothèque nationale. **B. Unesco à l'intention des Bibliothèques**, v.20, n.4, p.171, 1966.
- Ibid, p. 145
- Ibid, p. 22
- LA BIBLIOGRAPHIE Nationale, son rôle actuel et ses développements futurs. In: CONGRES INTERNATIONAL SUR LES BIBLIOGRAPHIES NATIONALES, 1977, Paris. Paris: Unesco, 1977. p.10.
- MCKENZIE, D. F. **La bibliographie et la sociologie des textes**. Paris: Cercle de la Librairie, 1991. p. 31-32. O antigo administrador da Biblioteca Nacional de Paris falava no mesmo sentido. Ver: MIQUEL, André. Pour une mnémothèque nationale. **Le débat**, v.48, 10.
- OUY, Gilbert. Les Bibliothèques. In: SAMARAN, Charles (Org.). **L'histoire et ses méthodes**. Paris: Gallimard, 1961. p. 113-114 (Encyclopédie de la Pléiade, 11).

